3135

Brasília, julho de 2025

SUMÁRIO EXECUTIVO

CONFIGURAÇÕES INSTITUCIONAIS E INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL (2003-2016)

Felipe Vella Pateo
Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea). *E-mail*: felipe.pateo@ipea.gov.br.

Sandro Pereira Silva
Técnico de planejamento e pesquisa na Disoc/Ipea e diretor de gestão de fundos na Secretaria de Proteção ao Trabalhador do Ministério do Trabalho e Emprego (SPT/MTE). *E-mail*: sandro.pereira@trabalho.gov.br.

DOI: https://dx.doi.org/10.38116/td3135-port

Este estudo buscou problematizar as configurações institucionais da política pública de economia solidária implementada no Brasil entre 2003 e 2016, com foco na combinação de instrumentos e recursos utilizados. Tal processo é abordado como tentativa de mudança institucional, na medida em que foi constituído com o objetivo de alterar as "regras do jogo" para a constituição e fortalecimento de determinadas modalidades de organização socioeconômica, especialmente no campo da regulação do trabalho.

A análise se desdobrou em duas dimensões: i) *instrumental*, com foco na estruturação operacional e normativa da política e na delimitação de seus sujeitos; e ii) *programática*, no que concerne aos eixos que nortearam o delineamento da política. Em ambas, verificou-se tanto a intensidade dos esforços realizados quanto as estratégias de mudança adotadas, considerando-se o período que vai desde a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), em 2003, até sua destituição enquanto secretaria, em 2016.

Recorreu-se a uma triangulação de fontes, baseada em revisão bibliográfica, análise documental e, como complemento, entrevistas com atores-chave, tanto da sociedade civil quanto dirigentes governamentais e servidores públicos envolvidos diretamente com as ações programáticas da Senaes.

Foi adotada como lente analítica a proposta de decomposição da capacidade estatal em categorias análogas à classificação dos diferentes recursos que podem ser mobilizados para implementação de uma política pública (Hood e Margetts, 2007). Desta forma, avançou-se no entendimento de como a variação entre esses componentes ajuda a explicar as configurações institucionais em um campo de ação governamental, de acordo com suas características contextuais e as coalizões de interesse.

Conforme demonstrado ao longo do texto, o processo de constituição de um conjunto de práticas com a identidade da economia solidária no país foi mediado por entidades que ofereceram apoio e suporte a empreendimentos coletivos de trabalhadores, associados a múltiplas realidades locais, que surgiam em meio ao contexto de informalidade e desemprego, a partir dos anos 1990. A opção configurativa foi pela construção de mecanismos de gestão baseados

no consentimento de grupos sociais organizados, incorporados ao processo de gestão governamental via espaços deliberativos e estabelecimento de parcerias.

Em termos de consolidação institucional, esse processo não se mostrou plenamente capaz de compensar as dificuldades na mobilização dos demais recursos, especialmente de autoridade (legislação) e organização (equipe de servidores), para garantir a implementação de uma política equilibrada e estruturada. Ao fim, observou-se que a ênfase na mobilização de recursos de nodalidade pela Senaes demonstrou coerência com a estratégia ampliada do governo federal de participação social, e até se mostrou suficiente para garantir a sobrevivência da política pública por um tempo. No entanto, essa mesma estratégia pode ser apontada como um dos fatores que explicam a baixa alocação de recursos orçamentários (de Tesouro), sobretudo em função das restrições fiscais que emergiram a partir de 2014.

REFERÊNCIA

HOOD, C.; MARGETTS, H. **The tools of government in the digital age**. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2007.